

Sugestão nº 2, de 2026

Autoria: Programa e-Cidadania

Iniciativa:

Ementa:

Dispões sobre o "Piso salarial para o médico Veterinário de R\$7.800 com vigência nacional."

Assunto: -
Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão:	Transformada em Projeto de Lei do	Último local:	16/04/2026 - Secretaria de Atas e Diários
Destino:	-	Último estado:	16/04/2026 - TRANSFORMADA EM PROJETO DE LEI DO SENADO

Matérias Relacionadas:

Projeto de Lei nº 1891 de 2026

Relatoria:

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):
Senador Zequinha Marinho (encerrado em 16/04/2026 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

- 16/04/2026** PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: TRANSFORMADA EM PROJETO DE LEI DO SENADO

Ação: Encerrada a instrução da matéria, que concluiu pela apresentação do Projeto de Lei nº 1.891, de 2026 (apresentado como conclusão do Parecer nº 45, de 2026, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa). A Sugestão nº 2, de 2026, vai ao Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 198 - DSF nº 50
- 16/04/2026** CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Zequinha Marinho por deliberação da matéria. À SLSF para autuar o projeto de lei.
- 15/04/2026** CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 24ª Reunião extraordinária (realizada nesta data), a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão na forma do projeto de lei.

Publicado no DSF Páginas 648-655 - DSF nº 49

TRAMITAÇÃO

10/04/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 24ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 15/04/2026.

06/04/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do Senador Zequinha Marinho com voto favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

28/02/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Zequinha Marinho, para emitir relatório.

06/02/2026 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na CDH.
Matéria aguardando distribuição.

DOCUMENTOS

SUG 2/2026

Data: 06/02/2026

Autor: Programa e-Cidadania

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Recebido na CDH.
Matéria aguardando distribuição.

Descrição/Ementa: Dispões sobre o "Piso salarial para o médico Veterinário de R\$7.800 com vigência nacional."

Relatório Legislativo

Data: 06/04/2026

Autor: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Recebido o relatório do Senador Zequinha Marinho com voto favorável à sugestão na forma do projeto de lei que apresenta.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão n° 2, de 2026, que Dispões sobre o "Piso salarial para o médico Veterinário de R\$7.800 com vigência nacional."

Listagem ou relatório

Data: 15/04/2026

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 24ª Reunião CDH

P.S 45/2026 - CDH

Data: 15/04/2026

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Na 24ª Reunião extraordinária (realizada nesta data), a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à sugestão na forma do projeto de lei.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 2, de 2026, que Dispões sobre o "Piso salarial para o médico Veterinário de R\$7.800 com vigência nacional".